

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000725-64.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Pontual Gesso Eireli**  
 Requerido: **Promonature Empreendimentos Imobiliários Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**PONTUAL GESSO** ajuizou Ação **MONITÓRIA** em face de **PROMONATURE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, todos devidamente qualificados.

A requerente aduz na exordial que prestou serviços (revestimento em gesso das partes internas, mão de obra e materiais) à requerida e que recebeu apenas parte do valor combinado, restando um débito de R\$ 12.700,00 reais. Requereu a procedência da demanda com a condenação da requerida ao pagamento da dívida com as devidas correções. A inicial veio instruída por documentos às fls. 09/30.

Devidamente citada a empresa requerida apresentou contestação impugnando inicialmente o valor da causa. Levantou preliminar da carência da ação. No mérito alegou má-fé da requerente que está cobrando valores que já foram devidamente pagos. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Foi apresentada reconvenção às fls. 95/97. Nela

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

a empresa ré confessa ter utilizado os serviços da autora como alegado na exordial, mas sustenta que tais serviços foram mal concluídos. Necessitou contratar outra empresa para refazê-los ante a negativa da autora de consertar o próprio serviço prestado. Requereu a procedência da reconvenção para que a autora seja condenada em litigância de má fé e ao pagamento de R\$ 29.984,00 que entregou à empresa Carlos Rubinaldo Ferreira de Matos ME, responsável pelos serviços emergenciais (de reparação).

Sobreveio réplica às fls. 82/88.

Contestação à reconvenção a fls. 157/162.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 89. A requerida manifestou interesse em prova oral à fls. 92 e a autora requereu prova testemunhal à fls. 156.

Pelo despacho de fls. 171/172 foi determinada a realização de perícia na área de engenharia civil. O laudo foi encartado a fls. 253/274 e complementado a fls. 301/303.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 314/316 e 317/325.

**É o relatório.**

**DECIDO, no estado, afastando a necessidade de tomada de depoimento pessoal do representante da autora, pedida a fls. 92, uma vez que o Juízo o reputa absolutamente contraproducente, tendo em vista que a experiência tem demonstrado que as partes são a fonte mais insegura**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

de prova, ou nos dizeres de *Capelletti* “são a fonte de prova menos confiável”<sup>1</sup>.

É esse também o entendimento de Pestana de Aguiar que “o depoimento da parte é meio de prova, e somente deve ser determinado se houver alguma utilidade a ser retirada de sua colheita, sob pena de se criar espaço para a procrastinação indevida e a chicana processual. Assim, tendo em conta a finalidade a que se destina o depoimento da parte (obter confissão), sempre que essa finalidade não puder, em tese, ser obtida – porque o direito versado no processo é indisponível (art. 351, CPC), por exemplo – não há razão para depoimento da parte.”<sup>2</sup>

No presente caso as posições jurídicas assumidas pelas partes estão bem evidenciadas nos autos através das manifestações escritas, afigurando-se ingênuo crer que a parte autora relatará os fatos de forma diversa da que consta na inicial e o(a) ré(u) ofertará versão diversa daquela exarada na contestação. Ordinariamente depoimentos dessa natureza revelam-se potencialmente desperdiçadores de energia processual e este Juízo não pretende contribuir para fenômeno tão indesejável, notadamente diante de outros meios de prova hábeis a viabilizar o julgamento.

A presente monitoria está lastreada no instrumento particular de fornecimento de mão de obra, carreado por cópia a fls. 14 e ss.

O autor cobra um resíduo de R\$ 12.700,00

<sup>1</sup> CAPPELLETTI, Mauro. *La testimonianza della parte nel sistema dell'oralità*. Milano : Giuffrè, 1962, v. 1, p. 3

<sup>2</sup> AGUIAR, João Carlos Pestana de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo : RT, 1974, v. 4, p. 99.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

alegando que cumpriu sua parte no contrato, prestando serviços de revestimento em gesso das paredes internas do Edifício Residencial e Comercial Jardim de Servilha, e que a requerida não se dignou a cumprir integralmente a parte que lhe cabia, mais especificadamente o pagamento acordado (do total de R\$ 214.256,40 foram pagos R\$ 176.260,33).

Segundo lançado a fls. 257 as partes não divergem sobre a extensão do serviço; litigam apenas no tocante a qualidade. A ré também sustenta que pagou o preço combinado no contrato e que em razão da má-qualidade dos serviços foi obrigada a contratar outra empresa para o refazimento.

A autora executou serviços de revestimento em gesso taliscado, forros de gesso em placas, bem como requadros e detalhes em gesso tanto nas unidades autônomas quanto em área comuns da edificação.

Para tais trabalhos foram previstos os seguintes valores:

- a) Revestimento taliscado de paredes e tetos – R\$ 1.557,15/apto.
- b) Requadros e detalhes em metros lineares – R\$ 14,00/ml
- c) Forro de gesso em placas – R\$ 800,00/apto

Nos apartamentos “padrão” vistoriados, o louvado oficial não identificou falhas nos serviços executados pela requerida.

Já nas áreas comuns o vistor avaliou os pontos indicados pelo assistente técnico da requerida (diferenças em vigas do corredor

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

do 10º andar, em frente ao apartamento 107 - foto 10 - e também no 9º andar, junto à porta do apartamento 93- foto 11).

Além disso, o assistente da requerida apontou falha da execução do revestimento de gesso na caixa de escada entre o 9º e o 10º andar (foto 12).

No primeiro caso houve falha construtiva decorrente da deformação das formas das vigas de concreto e no segundo de alinhamento da própria estrutura/alvenaria. Tais desconformidades, de maior magnitude, deveriam ter sido corrigidas pela construtora através da aplicação de argamassa mista de cimento, cal e areia.

Já a falha apontada pelo assistente técnico da requerida no revestimento da caixa de escada, entre o 9º e o 10º andar, procede, pois como se pode ver através da textura “rugosa” da superfície (foto 12), revestimento de gesso no local foi mal feito deverá ser removido e refeito.

Os serviços de revestimento de gesso executados pela autora inspecionados pela perícia, em quase sua totalidade, mostram-se satisfatórios e compatíveis com o padrão da edificação, havendo somente um único local apontado pelo assistente técnico da requerida em que ficou caracterizada falha na execução por parte da autora (foto 12) e cujo custo de reparação estima-se em R\$ 186,00 (cento e oitenta e seis reais), em valores atuais.

A alegação da requerida na reconvenção não ficou caracterizada, visto que através de simples confrontação pode-se conferir que os serviços e locais indicados na planilha de fls. 73 não coincidem com os serviços e locais que constam das planilhas de fls. 20/21.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ademais, constam planilhas de pagamento devidamente conferidas e assinadas por funcionários da requerida atestando a execução dos serviços.

Assim, é de rigor que a ré pague o que a autora almeja (na medida em que não demonstrou a quitação do total combinado) e a autora pague a ré o valor a que chegou o vistor para correção da pequena falha identificada.

A perícia oficial apurou que “pende em favor da autora o valor pleiteado (fls. 854 – R\$ 12.403,65, em valores da época), menos o valor dos reparos apurados neste laudo (R\$ 186,00 em valores atuais)” (textual fls. 268 – item “d”).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*

Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos monitórios e **PROCEDENTE em parte** a **RECONVENÇÃO**. **Condeno** a requerida, PROMONATURE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., a pagar a autora, PONTUAL GESSO, a importância de R\$ 12.217,65 (doze mil e duzentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), com correção a contar da data do laudo de fls. 253 e ss. (02/03/2018), mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação. Nesse "quantum" já estão considerados/descontados os **R\$ 186,00** que a ré faz jus pelo acolhimento parcial da reconvenção.

Como a sucumbência da Embargante/reconvinte



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

foi quase total, arcará ela com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor total condenação.

Transitada em julgado esta decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 e ss do CPC.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**